

O MINISTÉRIO DO CONFESSOR: ACOLHIMENTO, ESCUTA, ACOMPANHAMENTO

MIGUEL FALCÃO

No passado dia 25 de Março, antes de se dirigir à Basílica Vaticana para a Consagração da Rússia e da Ucrânia, e de toda a humanidade, ao Imaculado Coração de Maria, o Papa Francisco recebeu em audiência os participantes ao *Curso sobre o foro interno*, organizado anualmente pela Penitenciaria Apostólica, a fim de ajudar os confessores no exercício do seu ministério de Reconciliação sacramental.

O Papa começou por recordar que “a Confissão é um diálogo; e o diálogo não se pode reduzir a três ou quatro conselhos psicológicos”, recomendando de novo a leitura e meditação da *Nota sobre o foro interno e a inviolabilidade do sigilo sacramental*, publicada em 2019 pela Penitenciaria Apostólica*.

Quis reafirmar que “o perdão é um direito humano”, no sentido de que “todos nós temos o direito de sermos perdoados”, “um direito que Deus concedeu a todo o homem disposto a aceitá-lo, com um coração humilde e arrependido”. Os confessores, ao dispensarem generosamente o perdão de Deus, “colaboram na cura dos homens e do mundo, na realização daquela paz que todo o coração humano anela intensamente”.

A seguir, quis oferecer alguns pontos de reflexão à volta de três palavras-chave no ministério do confessor: *acolhimento, escuta, acompanhamento*.

“O *acolhimento* é a primeira característica do confessor”, que ajuda o penitente a aproximar-se do Sacramento da Reconciliação para encontrar Deus como um Pai misericordioso. O confessor vive a sua paternidade, à semelhança do pai do filho pródigo.

“O segundo elemento é a *escuta*. Escutar é mais do que ouvir simplesmente. Requer uma disposição interior de atenção, disponibilidade, paciência”. Desta forma, o penitente sente-se compreendido e amado.

E o Papa insiste: “por favor, pôr de parte qualquer curiosidade”. Ter em conta que por vezes o penitente não sabe como dizer, por vergonha, e acena algo; então, se o confessor percebeu de que se trata, não insistir em saber mais. Não torturar, ser um bom pai. “A curiosidade é do diabo”. Pensar como nos trataria Jesus.

“A escuta implica uma espécie de esvaziamento de si mesmo para acolher o outro. É um acto de fé no poder de Deus e na tarefa que o Senhor nos confiou. É pela fé que o penitente abre o coração ao confessor; por isso, tem o direito de ser acolhido com fé e caridade”.

“A terceira palavra-chave é o *acompanhamento*. O confessor não decide em lugar do penitente, não é o dono da consciência deste. Simplesmente acompanha-o, com toda a prudência, discernimento e caridade de que é capaz, ao reconhecimento da verdade e da vontade de Deus na concreta experiência do penitente. Por vezes, bastará dizer uma ou duas palavras adequadas”. “O colóquio da confissão, vinculado ao sigilo

* Cf. Apresentação da *Nota*, in CARDEAL MAURO PIACENZA, *Importância do foro interno e inviolabilidade do sigilo sacramental (Celebração Litúrgica, 2019-2020, 3, pp. 750-753)*.

sacramental, é diferente do diálogo de acompanhamento espiritual, também reservado, mas de outra maneira”.

E a propósito do acompanhamento, o Papa quis esclarecer uma atitude que encontrou nalgum agrupamento, relativizando o sigilo sacramental. Por exemplo, dizem: o sigilo refere-se aos pecados, não a tudo o mais de que se fale; deste modo, o confessor poderia falar destas últimas coisas com os superiores. “Pois não! O sigilo vai desde o princípio até ao fim da confissão”. Se há alguma coisa que o penitente queria que se soubesse, tem de o dizer claramente. “Alguns teólogos podem não concordar. Pois é doutrina comum – pelo menos neste pontificado – que o sigilo vai desde o princípio até ao fim da confissão. O contrário leva a governar mal”.

“O confessor deve ter como objectivo o chamamento universal à santidade, e acompanhar discretamente nessa direcção”. Não basta indicar a meta, se não está disposto a caminhar pelo menos um tramo da estrada juntos. “Mesmo que o colóquio da confissão seja breve, é fácil compreender as necessidades do penitente, acompanhando-o para descobrir e acolher a vontade de Deus, que é sempre o caminho da alegria e da paz”.

Antes de terminar, o Papa quis recordar que o ministério do confessor é “um ministério ao serviço da santificação do Povo fiel de Deus”. E recomendou aos presentes: “Por favor, confessai-vos. É muito salutar pedir perdão pelos vossos pecados. E ficai de boa vontade no confessionário, acolhei, escutai, acompanhai, sabendo que todos, mas todos, têm necessidade do perdão, isto é, de se sentirem amados como filhos de Deus Pai. As palavras que pronunciamos, *Eu te absolvo dos teus pecados*, significam: tu és precioso/preciosa para Deus. Este é um remédio muito poderoso para a alma, e também para o psíquico”.

Ao terminar, o Papa contou uns testemunhos a ilustrar o que havia dito. Como quando o penitente só consegue dizer uma pequena parte dos pecados: “não tortures, perdoa; é verdade que o sacramento é um juízo, mas um juízo de misericórdia”. Um confessor muito idoso, em Buenos Aires, tinha uma grande fila de penitentes para se confessarem, porque perdoava com facilidade. Por vezes sentia escrúpulo de ter perdoado demasiado; então ia à capela diante do Sacrário e dizia: “Senhor, desculpa, hoje perdoei demasiado”; mas logo acrescentava: “Foste tu a dar-me mau exemplo”.

Assim espera o Santo Padre de todos os confessores, em particular “para que o próximo Jubileu de 2025 seja o mais frutuoso possível, de modo que a misericórdia de Deus possa chegar a todos e a cada um”.

Comentário

No seu discurso, o Papa Francisco deixa preciosas recomendações pastorais aos confessores no seu ministério de reconciliação sacramental, à volta de três acções do confessor: acolher, escutar, acompanhar o penitente.

O *acolhimento* tem sido muito valorizado, por isso o Papa limita-se a recordar a sua importância. O actual Ritual Romano da *Celebração da Penitência* (publicado no Vaticano em 1973) recomenda: “Ao receber o pecador penitente e ao encaminhá-lo para a luz da verdade, o confessor desempenha um papel de pai, revelando assim aos homens o coração do Pai celeste e reproduzindo a imagem de Cristo Pastor. Lembre-se deste modo que lhe foi confiado o múnus de Cristo, o qual para salvar os homens, realizou, com misericórdia, a obra da redenção e está presente nos sacramentos com o seu poder” (n. 10 c).

E mais adiante: “O sacerdote acolha o penitente com fraterna caridade e, se for necessário, saúde-o com palavras cheias de humanidade” (n. 16). O Santo Padre resume: o confessor seja como o Pai misericordioso da parábola do filho pródigo, que se alegra com a chegada do filho, necessitado de reconciliar-se.

A *escuta* exige mais. Requer uma disposição de compreender as quedas de quem se acusa, como um bom médico que escuta o paciente esperançado, para lhe dar o remédio adequado. O Papa insiste em receber com amor de pai e evitar a curiosidade, inclusive não perguntar demasiado, sabendo que muitas vezes custa muito ao penitente e por isso não sabe como exprimir-se. Limitar-se a perguntas que o penitente agradece, por ver que o confessor se interessa por curá-lo.

O acompanhamento refere-se em primeiro lugar aos conselhos do confessor, tendo em vista conduzir o penitente, não só a afastar-se das ocasiões de pecado, mas sobretudo a animar-se no caminho do bem, do amor aos outros e do amor a Deus, isto é, à santidade, a que Deus chama a todos. O Papa recorda a conveniência de não se alongar nos conselhos, para que o penitente se fixe no que é mais importante de momento.

Por vezes, o penitente pode voltar, ao lembrar-se de como saiu animado na sua confissão. Pode ser a continuação de um acompanhamento espiritual (conhecido como *direcção espiritual*), tendo sempre presente que as recomendações do confessor são conselhos, não mandatos, a não ser a *satisfação* a cumprir ou a necessária *reparação* a realizar para com outrem, segundo a indicação do Ritual: “Se o penitente foi causador de danos ou de escândalo, leve-o ao propósito de fazer a devida reparação” (n. 18).

A propósito do acompanhamento, o Papa insistiu vigorosamente em que o sigilo sacramental vai desde o princípio até ao fim da confissão, para cortar a ideia de que o confessor poderia falar com os superiores daquilo que não fosse pecado. Já o tinha referido no *Curso sobre o foro interno* de 2019. É uma medida muito prudente e de justiça, em defesa da liberdade da consciência do penitente, que evita tornar odiosa a confissão. Assim explicava a referida *Nota sobre a inviolabilidade do sigilo sacramental*: “Se diminuísse a confiança no sigilo, os fiéis seriam desencorajados a recorrer ao sacramento da Reconciliação, e isso, obviamente, com grave dano para as almas”.

M.F.